DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 8697/2017

PROCESSO TC/MS : TC/19075/2015
PROTOCOLO : 1635862

ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA

ORDENADOR (A) : JAIME SOARES FERREIRA
TIPO DE PROCESSO : CONTRATO Nº 03/2015
RELATOR (A) : JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A) : LINDOMAR BERNARDO ALVES
PROCEDIMENTO : PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
OBJETO : TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL RESIDENTE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SELVIRIA PARA A ESCOLA MUNICIPAL.
VALOR : R$ 51.179,10 (CINQUENTA E UM MIL, CENTO E SETENTA E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS).

Versam os autos sobre o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 03/2015, que originou o Contrato nº 03/2015, celebrado entre o Município de Selvíria e o Sr. Lindomar Bernardo Alves, além da respectiva execução financeira, tendo como objeto o transporte de alunos do ensino fundamental residente na zona rural do Município de Selvíria para a escola municipal.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-3483/2017 (fls. 449 - 458), manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório, da formalização do instrumento contratual e da execução financeira, ressalvando o descumprimento de prazo regimental.

O Ministério Público de Contas, na mesma linha de entendimento, através do parecer PAR-4ªPRC-10260/2017 (fls. 459/460), manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório, da formalização do contrato e da respectiva execução contratual, ressalvando a intempestividade na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão

Presencial nº 03/2015, verifica-se que o mesmo atendeu às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações[1], Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011 e as determinações contidas no Regimento Interno desta Corte de Contas[2], assim como o respectivo Contrato nº 03/2015, que se encontra regular, de acordo com a legislação supracitada, com exceção da remessa de documentos a esta Corte de Contas, de forma intempestiva, contrariando o disposto na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011[3].

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho	R$ 36.174,60
Notas Fiscais	R$ 36.174,60
Notas de Pagamentos	R$ 36.174,60

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[4] e com as determinações contidas na legislação regente[5].

Ante o exposto, acompanho a análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 03/2015, celebrado entre o Município de Selvíria e o Sr. Lindomar Bernardo Alves, nos termos do art. 120, I "a" da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 03/2015, com base no art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

[1] Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
[2] Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.
[4] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[5] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

III – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise nos termos do art. 59, I c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

IV – pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Jaime Soares Ferreira, responsável à época, portador do CPF nº 446.184.681-49, nos termos do art. 44, I[6] e 46[7] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, por infração à prescrição legal e regulamentar;

V – pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado recolha o valor referente à multa acima disposta junto ao FUNTC, nos termos do art. 83[8] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

VI - pela **RECOMENDAÇÃO** ao responsável à época e/ou a quem o tiver sucedido quanto à adoção de medidas necessárias para que não incorra na mesma impropriedade, conforme o art. 172, IV da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

VII - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[9] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[10], do Regimento

---

[6] Art. 44. No exercício de sua competência, o Tribunal pode aplicar as seguintes sanções:
I – multas;
(...)
Parágrafo único. As multas podem ser aplicadas cumulativamente, para sancionar as infrações apuradas pelo Tribunal e pela falta de remessa, dentro do prazo, de informações, dados ou documentos solicitados pelo Tribunal;

[7] Art. 46. A multa incidente sobre a falta de remessa intempestiva de informações, dados ou documentos ao Tribunal corresponde ao valor de uma UFERMS por dia de atraso, não podendo ultrapassar o valor correspondente ao de trinta UFERMS;

[8] Art. 83. O valor da multa aplicada pelo Tribunal deve ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), por meio de guia ou instrumento apropriado.

[9] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

[10] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.

Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande, MS, 08 de agosto de 2017.

Jerson Domingos

Conselheiro Relator

SMSC

(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.